

Banco Boavista Interatlântico S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.485.541/0001-06
Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
No exercício, o Banco Boavista registrou Lucro Líquido de R\$ 319.683 milhões, correspondente a R\$ 124,43 por lote de mil ações, Patrimônio Líquido de R\$ 2.529 bilhões e Ativos Totais de R\$ 2.674 bilhões.

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, do Banco Boavista Interatlântico S.A. (Banco Boavista), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Osasco, SP, 25 de janeiro de 2013.

Diretoria

ATIVO	BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil		PASSIVO	2012		2011	
	2012	2011		2012	2011		
CIRCULANTE	920.890	904.186	CIRCULANTE	46.892	22.901	46.892	22.901
DISPONIBILIDADES (Nota 4).....	2	2	OUTRAS OBRIGAÇÕES	3.037	2.084	3.037	2.084
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5).....	699.852	580.401	Sociais e Estatutárias (Nota 12c).....	36.742	15.528	36.742	15.528
Aplicações no Mercado Aberto.....	28.470	8.765	Fiscais e Previdenciárias (Nota 11a).....	7.113	5.289	7.113	5.289
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros.....	671.382	571.636	Diversas (Nota 11b).....	-	-	-	-
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS	30.895	28.473	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	97.650	131.340	97.650	131.340
DERIVATIVOS (Nota 6).....	22.903	21.107	OUTRAS OBRIGAÇÕES	91.213	124.239	91.213	124.239
Carteira Própria.....	7.992	7.366	Fiscais e Previdenciárias (Nota 11a).....	6.437	7.101	6.437	7.101
Vinculados à Prestação de Garantias.....	4	131	Diversas (Nota 11b).....	-	-	-	-
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS.....	4	131	-	-	-	-	-
Transferências Internas de Recursos.....	4	131	-	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7).....	1.504	2.919	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.529.135	2.209.675	2.529.135	2.209.675
Operações de Crédito	-	-	Capital:	-	-	-	-
- Setor Privado.....	1.671	3.243	- De Domiciliados no País (Nota 12a).....	1.231.000	1.231.000	1.231.000	1.231.000
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa.....	(167)	(324)	Reservas de Lucros (Nota 12b).....	1.295.022	978.376	1.295.022	978.376
OUTROS CRÉDITOS.....	188.633	292.260	Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	3.113	299	3.113	299
Rendas a Receber (Nota 8a).....	154.081	257.902	-	-	-	-	-
Diversos (Nota 8b).....	34.552	34.358	-	-	-	-	-
Outros Valores e Bens.....	88	88	-	-	-	-	-
Provisões para Desvalorizações.....	(88)	(88)	-	-	-	-	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	458.023	456.854	TOTAL	2.673.677	2.363.916	2.673.677	2.363.916
OUTROS CRÉDITOS.....	458.023	456.854	-	-	-	-	-
Diversos (Nota 8b).....	458.023	456.854	-	-	-	-	-
PERMANENTE	1.294.764	1.002.876	-	-	-	-	-
INVESTIMENTOS (Nota 9).....	1.294.759	1.002.871	-	-	-	-	-
Participações em Coligadas e Controladas:	-	-	-	-	-	-	-
- No País.....	1.289.656	997.567	-	-	-	-	-
Outros Investimentos.....	25.868	27.107	-	-	-	-	-
Provisões para Perdas.....	(20.765)	(21.803)	-	-	-	-	-
IMOBILIZADO DE USO.....	5	5	-	-	-	-	-
Móveis e Equipamentos de Uso.....	5	5	-	-	-	-	-
TOTAL	2.673.677	2.363.916	TOTAL	2.673.677	2.363.916	2.673.677	2.363.916

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil	Exercícios findos em		DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil					
	2º Semestre 2012	31 de dezembro 2012	31 de dezembro 2012	31 de dezembro 2011	Ajustes de Avaliação Patrimonial		Lucros	Totais
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	22.786	50.911	Eventos	1.231.000	64.595	967.241	2.763	2.265.599
Operações de Crédito.....	935	1.155	Saldos em 30.6.2012.....	-	-	-	350	350
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6b).....	21.851	49.756	Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	265.710	265.710
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(80)	(157)	Lucro Líquido.....	-	13.286	249.900	-	(263.186)
Reversão da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7).....	(80)	(157)	- Dividendos.....	-	-	-	-	(2.524)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	22.866	51.068	Propostos.....	-	-	-	(2.524)	(2.524)
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	260.875	295.199	Saldos em 31.12.2012	1.231.000	77.881	1.217.141	3.113	2.529.135
Outras Despesas Administrativas (Nota 13).....	(1.337)	(2.936)	Saldos em 31.12.2010	1.231.000	50.930	710.191	44	12
Despesas Tributárias (Nota 14).....	(3.322)	(3.842)	Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	(44)	287
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 9a).....	249.750	292.303	Lucro Líquido.....	-	-	-	-	219.339
Outras Receitas Operacionais (Nota 15).....	30.478	35.983	Destinações: Reservas.....	-	10.967	206.288	-	(217.255)
Outras Despesas Operacionais (Nota 16).....	(15.694)	(26.309)	- Dividendos.....	-	-	-	-	(2.084)
RESULTADO OPERACIONAL	283.741	346.267	Propostos.....	-	-	-	-	(2.084)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 17)	-	10.077	Saldos em 31.12.2011	1.231.000	61.897	916.479	299	2.209.675
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	283.741	346.267	Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	2.814	2.814
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 19)	(18.031)	(26.584)	Lucro Líquido.....	-	-	-	-	319.683
LUCRO LÍQUIDO	265.710	319.683	Destinações: Reservas.....	-	15.984	300.662	-	(316.646)
Número de ações (Nota 12a).....	2.569.275.469	2.569.275.469	- Dividendos.....	-	-	-	-	(3.037)
Lucro por lote de mil ações em R\$.....	103,42	124,43	Propostos.....	-	-	-	-	(3.037)
			Saldos em 31.12.2012	1.231.000	77.881	1.217.141	3.113	2.529.135

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Reais mil	Exercícios findos em		DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil			
	2º Semestre 2012	31 de dezembro 2012	31 de dezembro 2012	31 de dezembro 2011	2012	2011
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:						
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	283.741	346.267	1 - RECEITAS	37.650	13,2	60.742
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	(255.084)	(295.838)	1.1) Intermediação Financeira.....	22.786	8,0	50.911
Despesas com Provisões Cíveis e Fiscais.....	(5.254)	(3.378)	1.2) Reversão da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	80	-	157
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas.....	(249.750)	(292.303)	1.3) Outras.....	14.784	5,2	9.674
Reversão da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	(80)	(157)	2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(1.337)	(0,4)	(2.936)
Reversão da Provisão para Desvalorização de Ativos.....	(1.038)	(1.038)	Comunicações.....	(14)	-	(30)
Perda/(Ganho) na Venda de Investimentos.....	1.038	1.038	Serviços Técnicos Especializados.....	(1.125)	(0,4)	(2.493)
Lucro Líquido Ajustado	28.657	50.429	Propaganda e Publicidade.....	(140)	-	(285)
(Aumento)/Redução em Relações Interfinanceiras e Interdependências.....	137	127	Transportes.....	(7)	-	(20)
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	(74.785)	(99.746)	Contribuições Sindicais.....	-	-	(21)
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação.....	(1.062)	(919)	Serviços do Sistema Financeiro.....	(7)	-	(25)
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito.....	783	1.572	Outras.....	(44)	-	(62)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens.....	(17.735)	(10.096)	3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	36.313	12,8	57.806
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações.....	(12.396)	(24.189)	4 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	36.313	12,8	57.806
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(422)	(422)	PRODUZIDO PELA ENTIDADE.....	36.313	12,8	57.806
Caixa Líquido Proveniente nas Atividades Operacionais	(76.823)	(84.747)	5 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	249.750	87,2	292.303
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			Resultado de Participações em Coligadas e Controladas.....	249.750	87,2	292.303
Redução em Títulos Disponíveis para Venda.....	-	-	249.750	87,2	292.303	83,5
Alienação de Investimentos.....	200	200	6 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (4+5)	286.063	100,0	350.109
Aquisição de Investimentos.....	-	-	7 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	286.063	100,0	350.109
Dividendos Recebidos de Controladas e Coligadas.....	106.336	106.336	7.1) Impostos, Taxas e Contribuições.....	20.353	7,1	30.426
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimentos	106.536	106.536	Federal.....	20.353	7,1	30.426
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			7.2) Remuneração de Capitais Próprios.....	265.710	92,9	319.683
Dividendos Pagos.....	(2.084)	(2.084)	Dividendos.....	2.524	0,9	3.037
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(2.084)	(2,084)	Lucros Retidos.....	263.186	92,0	316.646
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	27.629	19.705				
Caixa e Equivalente de Caixa - Início do Período.....	843	8.767				
Caixa e Equivalente de Caixa - Fim do Período.....	28.472	28.472				
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	27.629	19.705				

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL
O Banco Boavista Interatlântico S.A. (Boavista ou Instituição) é uma instituição financeira múltipla, que tem por objetivo efetuar operações bancárias em geral, inclusive câmbio. O Boavista é parte integrante da Organização Bradesco, sendo suas atividades conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiro e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas informações financeiras trimestrais devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nºs 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem, estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros; e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.
As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 25 de janeiro de 2013.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a) Moeda funcional e de apresentação
As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.
b) Apuração do resultado
O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabeleça que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.
c) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.
d) Aplicações interfinanceiras de liquidez
As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.
e) Títulos e valores mobiliários - Classificação
• Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
• Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
• Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Não há TVMs classificados nesta categoria.
Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado,

modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Operações de crédito, outros créditos e provisão para créditos de liquidação duvidosa
As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias.....	B
• de 31 a 60 dias.....	C
• de 61 a 90 dias.....	D
• de 91 a 120 dias.....	E
• de 121 a 150 dias.....	F
• de 151 a 180 dias.....	G
• superior a 180 dias.....	H

(1) Para as operações com prazos a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos em atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.
A atualização (*accrual*) das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.
As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos.
As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.
A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em conta as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.
g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é registrada na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias".
Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro.
Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.
De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas Leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

continua

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO	
ALVORADA CARTOES, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO SA.....	2

Banco Boavista Interatlântico S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.485.541/0001-06
Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

h) Investimentos

Os investimentos em controladas e coligadas com influência significativa ou participação de 20% ou mais do capital votante, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

i) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revisados no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), e caso seja detectada uma perda, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil de um ativo exceder o seu valor recuperável apurado pelo: (i) potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas ou (ii) valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, dos dois o maior. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

j) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas (Nota 10a);
- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas (Nota 10b e c); e
- Obrigações Legais - Provisão para Fiscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis (Nota 10b).

k) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias, auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perdas, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base *pro rata* dia).

l) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente que requer ajustes ou divulgações para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2012.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Disponibilidades em moeda nacional	2	2
Total de disponibilidades (caixa)	2	2
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	28.470	6.765
Total de caixa e equivalentes de caixa	28.472	6.767

(1) Refere-se a operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

7) OPERAÇÕES DE CRÉDITO, OUTROS CRÉDITOS E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

a) Composição total das carteiras e prazos

	Curso normal										
	1 a 30 dias		31 a 60 dias		61 a 90 dias		91 a 180 dias		181 a 360 dias		Total
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	
Operações de crédito	222	111	111	111	380	847	-	1.671	4,0	3.243	8,0
Empréstimos	222	111	111	111	380	847	-	1.671	4,0	3.243	8,0
Total das operações de crédito	222	111	111	111	380	847	-	1.671	4,0	3.243	8,0
Avais e fianças (1)	-	-	-	-	-	-	40.080	40.080	96,0	37.046	92,0
Total em 2012	222	111	111	111	380	847	40.080	41.751	100,0	40.289	100,0
Total em 2011	222	129	128	128	1.823	941	37.046				

(1) Contabilizados em contas de compensação.

b) Modalidades e níveis de riscos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	D	2012		2011		%
		Total	%	Total	%	
Operações de crédito						
Empréstimos	1.671	1.671	100,0	3.243	100,0	
Total em 2012	1.671	1.671	100,0	3.243	100,0	
Total em 2011	3.243	3.243	100,0	3.243	100,0	

c) Concentração das operações de crédito e outros créditos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	2012	%	2011	%	2011	%
Maior devedor	1.671	100,0	3.012	92,9		
Dez maiores devedores	1.671	100,0	3.243	100,0		

d) Setor de atividade econômica

	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	2012	%	2011	%	2011	%
Setor privado						
Indústria	1.671	100,0	3.243	100,0		
Total	1.671	100,0	3.243	100,0		

e) Composição das operações de crédito e da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Nível de risco	Em 31 de dezembro - R\$ mil								
	Saldo da carteira			Mínimo requerido		Provisão requerida Genérica		Total Geral	
	Curso normal	Total da carteira	%	%	2012	2011	2012	2011	
D	1.671	1.671	100,0	10,0	167	167	167	324	
Total em 2012	1.671	1.671	100,0		167	167	167	324	
%	100,0	100,0			100,0	100,0	100,0	100,0	
Total em 2011	3.243	3.243			324	324	324	324	
%	100,0	100,0			100,0	100,0	100,0	100,0	

9) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos, registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em coligadas e controladas"

Empresas	Em 31 de dezembro - R\$ mil									
	Capital Social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)		Participação no capital social	Lucro líquido ajustado	Valor contábil		Ajuste decorrente de avaliação (1)	
			Ações	Cotas			2012	2011	2012	2011
Tibre Holdings Ltda.	187.000	381.054	-	167.500	100,00000	28.550	381.054	352.775	28.550	36.258
Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi	1.028.459	1.729.640	31.268	-	7,266302	91.932	125.681	119.067	6.677	8.723
Embaúba Holdings Ltda.	551.937	938.517	-	460.134	83,367175	307.895	782.415	525.312	256.751	53.293
Outros Investimentos	-	-	-	-	-	-	506	413	325	274
Total							1.289.656	997.567	292.303	98.548

(1) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados, periodicamente, pelas companhias e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, quando aplicáveis.

b) Composição de outros investimentos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Investimentos por incentivos fiscais	14.559	14.559
Títulos patrimoniais	42	42
Outros investimentos	11.267	12.506
Subtotal	25.868	27.107
Provisão para perdas com investimentos por incentivos fiscais	(10.532)	(10.532)
Provisão para perdas em outros investimentos	(10.233)	(11.271)
Subtotal	(20.765)	(21.803)
Total	5.103	5.304

10) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza civil e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração da Instituição entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos Cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

II - Obrigações Legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

III - Movimentação das Provisões

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	Cíveis	Fiscais e Previdenciárias (1)	
		2012	2011
Saldo no início do exercício	12.180	18.845	18.845
Constituições líquidas de reversões e baixas	349	(5.526)	(5.526)
Atualização monetária	1.592	207	207
Pagamentos	(849)	-	-
Saldo no fim do exercício (Notas 11a e 11b)	13.272	13.526	13.526

(1) Compreende, substancialmente, obrigações legais.

c) Passivos Contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

d) Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, não há processos contingentes avaliados como de perda possível de natureza relevante.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Vencimentos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	1 a 30 dias	91 a 180 dias	Total	
	2012	2011	2012	2011
Aplicação no mercado aberto:				
Posição bancada	28.470	-	28.470	8.765
Notas do tesouro nacional	28.470	-	28.470	8.765
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	671.382	671.382	571.636
Total em 2012	28.470	671.382	699.852	
Total em 2011	8.765	571.636		580.401

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificadas na demonstração do resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Rendas de aplicações em operações compromissadas:		
Posição bancada	607	276
Subtotal	607	276
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	46.726	61.012
Total (Nota 6b)	47.333	61.288

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação por categorias e prazos

Títulos	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (1)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado (2)	Marcação a mercado (2)
Títulos para negociação (3):	18.517	12.378	30.895	30.893	2	28.473
Letras Financeiras do Tesouro	18.517	12.378	30.895	30.893	2	28.473
Total em 2012	18.517	12.378	30.895	30.893	2	28.473
Total em 2011	-	28.473			2	28.473

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotação ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes;

(2) Representado pelos títulos da carteira própria, sendo que o ajuste no patrimônio líquido inclui R\$ 3.113 mil (2011 - R\$ 299 mil), líquido dos efeitos tributários, referente a controladas e coligadas; e

(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante.

b) Resultado de títulos e valores mobiliários

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Receita de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	47.333	61.288
Títulos de renda fixa	2.423	3.067
Títulos de renda variável	-	117
Total	49.756	64.472

c) O Boavista não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Saldo inicial	324	5.094
Reversão de provisão	(157)	(3.484)
Baixas para prejuízo	-	(1.286)
Saldo final	167	324
Provisão genérica (1)	167	324
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (2)	1.009	744

(1) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadradas no item anterior; e

(2) Registradas em receitas de operações de crédito, como previsto nas normas e instruções do BACEN.

No período não ocorreram renegociações de operações de crédito.

8) OUTROS CRÉDITOS

a) Rendas a receber

Refere-se a dividendos a receber, no montante de R\$ 154.081 mil (2011 - R\$ 257.902 mil).

b) Diversos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Tributos antecipados	183.557	185.880
Depósitos para inter		

Banco Boavista Interatlântico S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.485.541/0001-06
Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS			
14) DESPESAS TRIBUTÁRIAS			
	Exercícios findos em		
	31 de dezembro - R\$ mil		
	2012	2011	
Contribuição ao COFINS.....	3.156	6.018	
Contribuição ao PIS.....	513	978	
Impostos e taxas.....	173	21	
Total.....	3.842	7.017	
15) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS			
	Exercícios findos em		
	31 de dezembro - R\$ mil		
	2012	2011	
Créditos fiscais (1).....	-	147.417	
Reversão de provisões para riscos fiscais.....	5.526	145.798	
Variações monetárias ativas.....	28.059	6.602	
Atualização monetária sobre depósitos.....	2.167	2.472	
Outras.....	231	384	
Total.....	35.983	302.673	
(1) Refere-se a receitas de impostos a compensar.			
16) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS			
	Exercícios findos em		
	31 de dezembro - R\$ mil		
	2012	2011	
Provisões para riscos - fiscais.....	-	145.798	
Juros sobre obrigações.....	21.220	17.773	
Doações.....	2.600	-	
Indenizações cíveis.....	1.904	3.419	
Patrocínio de caráter cultural.....	150	160	
Outras.....	435	10.267	
Total.....	26.309	177.417	
17) RESULTADO NÃO OPERACIONAL			
Em 2011, o valor de R\$ 10.077 mil refere-se ao lucro apurado na alienação das ações da Cetip S.A.			
18) TRANSAÇÕES COM O CONTROLADOR, CONTROLADA E COLIGADAS			
a) As transações com controlador, empresas controladas e coligadas estão assim representadas:			
	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	2012	2011	
	Ativos (passivos)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)
Aplicações em depósitos interfinanceiros:			
Banco Bradesco S.A.....	671.382	571.636	46.726
Aplicações no mercado aberto:			
Banco Bradesco S.A.....	28.470	8.765	607
Dividendos:			
Banco Bradesco S.A.....	(3.037)	(2.084)	-
Embrau Holdings Ltda.....	2.438	106.031	-
Tibre Holdings Ltda.....	151.494	151.223	-
Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi.....	63	276	-
Outras.....	75	293	-
b) Remuneração do pessoal-chave da Administração			
Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:			
• O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e			
• A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.			
A Instituição é parte integrante da organização Bradesco e seus Administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.			
A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento baseado em Ações, aprovado pela resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.			
Outras informações			
Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:			
a) Diretores e membros dos Conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;			
b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e			
c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.			
Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.			
19) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social			
	Exercícios findos em		
	31 de dezembro - R\$ mil		
	2012	2011	
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	346.267	291.449	
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente.....	(138.507)	(116.580)	
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:			
Participações em coligadas e controladas.....	116.921	39.419	
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....	(1.802)	(1.953)	
Efeito do diferencial da alíquota da contribuição social.....	-	6.371	
Outros valores.....	(3.196)	633	
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(26.584)	(72.110)	
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS			
Aos Administradores do			
Banco Boavista Interatlântico S.A.			
Osasco - SP			
Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Boavista Interatlântico S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.			
Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis			
A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.			
Responsabilidade dos auditores independentes			
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.			
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação			
da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.			
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.			
Opinião			
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Boavista Interatlântico S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.			
Outros assuntos			
Demonstração do valor adicionado			
Examinamos também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2012, que estão sendo apresentadas como informações suplementares. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.			
Osasco, 25 de fevereiro de 2013			
KPMG			
KPMG Auditores Independentes CRC 2SP014428/O-6			
A DIRETORIA			
Luiz Filipe Lopes Soares – Contador – CRC 1SP208127/O-5			
Zenko Nakassato Contador CRC 1SP160769/O-0			

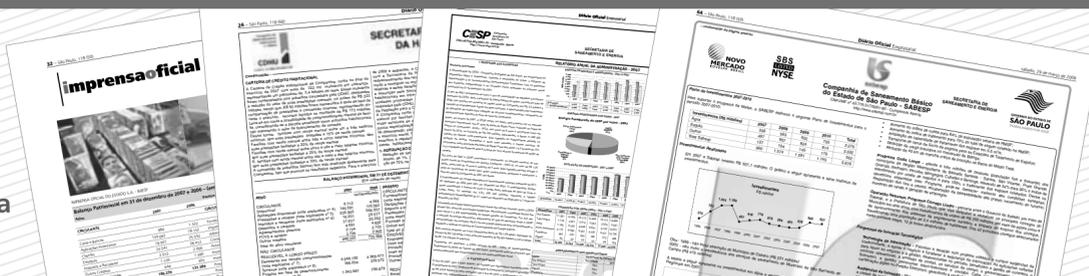
Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO	
ALVORADA CARTOES, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO SA.....	2
BANCO BOAVISTA INTERATLANTICO SA.....	19
COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMÉRICAS - AMBEV.....	5

Transparência na gestão financeira das empresas e democratização das informações

Tudo o que você quiser
saber sobre os balanços
das empresas, você encontra
gratuitamente no site.

www.imprensaoficial.com.br



Diário Oficial Empresarial 2

Estado de São Paulo

Volume 123 • Número 37
São Paulo, quarta-feira, 27 de fevereiro de 2013

Página 21

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Banco Boavista Interatlântico S.A.

Empresa da Organização Bradesco
 CNPJ 33.485.541/0001-00

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, do Banco Boavista Interatlântico S.A. (Banco Boavista), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No exercício, o Banco Boavista registrou Lucro Líquido de R\$ 319,883 milhões, correspondente a R\$ 124,43 por lote de mil ações. Patrimônio Líquido de R\$ 2.529 bilhões e Ativos Totais de R\$ 2.674 bilhões.

Osasco, SP, 25 de janeiro de 2013.

Diretora



BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil		PASSIVO	
2012	2011	2012	2011
CIRCULANTE	920.890	904.186	46.892
Disponibilidades (Nota 4)	2	2	46.892
Aplicações em Mercado Aberto	699.852	580.401	3.037
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	26.470	8.765	36.124
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	30.895	28.473	7.115
Carteira Própria	22.903	21.107	-
Vencidos à Prestação de Garantias	7.992	7.396	-
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	4	131	97.650
Transferências Internas de Recursos	4	131	97.650
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7)	1.504	2.919	6.437
Operações de Crédito	-	-	-
- Setor Privado	1.671	3.243	-
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	(167)	(324)	-
OUTROS CRÉDITOS	188.633	292.260	2.529.135
Rendas a Receber (Nota 8a)	154.081	257.902	-
Diversos (Nota 8b)	34.552	34.358	1.231.000
Outros Valores e Bens	88	88	1.296.022
Provisões para Desvalorização de Ativos	(8)	(8)	3.113
Provisões para Desvalorização de Ativos	(8)	(8)	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	458.023	456.854	-
OUTROS CRÉDITOS	458.023	456.854	-
Diversos (Nota 8b)	458.023	456.854	-
PERMANENTE	1.294.764	1.002.876	-
INVESTIMENTOS (Nota 9)	1.294.764	1.002.876	-
Participações em Coligadas e Controladas	-	-	-
- No País	1.289.656	997.567	-
Outros Investimentos	25.868	27.107	-
Provisões para Perdas	(20.765)	(21.803)	-
IMOBILIZADO DE USO	5	5	-
Móveis e Equipamentos de Uso	5	5	-
TOTAL	2.673.677	2.363.930	2.673.677

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2º Semestre 2012	2011
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	22.786	50.911
Receitas de Operações de Crédito	1.535	1.152
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6b)	21.851	49.756
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(80)	(157)
Reversão da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(80)	(157)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	22.866	51.068
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	260.875	295.199
Outras Despesas Administrativas (Nota 13)	(2.528)	(2.528)
Despesas Tributárias (Nota 14)	(2.322)	(3.842)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 9a)	249.750	292.303
Outras Receitas Operacionais (Nota 15)	30.478	35.983
Outras Despesas Operacionais (Nota 16)	(45.804)	(26.309)
RESULTADO OPERACIONAL	283.741	346.267
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 17)	-	10.077
RESULTADO ANTES DO IMPORTE DO LUCRO	283.741	346.267
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 19)	(18.031)	(26.584)
LUCRO LÍQUIDO	265.710	319.683
Número de ações (Nota 12a)	2.569.275.469	2.569.275.469
Lucro por lote de mil ações em R\$	103,42	85,37

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Reais mil

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2º Semestre 2012	2011
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	283.741	346.267
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:	(255.084)	(295.838)
Despesas com Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	3.653	3.653
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(249.750)	(292.303)
Reversão da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(80)	(157)
Perdas/(Ganhos) na Venda de Investimentos	1.038	1.038
Lucro Líquido Ajustado	26.657	50.429
(Aumento/Redução em Relações Interfinanceiras e Interdependências	1.037	127
(Aumento/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(74.785)	(99.746)
(Aumento/Redução em Títulos para Negociação	(1.082)	(2.422)
(Aumento/Redução em Operações de Crédito	1.972	1.974
(Aumento/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(17.735)	(10.096)
Aumento/(Redução) em Outras Organizações	(12.389)	(18.750)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(422)	(19.630)
Caixa Líquido Proveniente nas Atividades Operacionais	(76.823)	(84.747)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Redução em Títulos Disponíveis para Venda	-	29
Alienação de Investimentos	200	200
Aquisição de Investimentos em Empresas	-	(66)
Dividendos Recebidos de Controladas e Coligadas	106.336	106.336
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimentos	106.536	106.536
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:		
Dividendos Pagos	(2.084)	(2.084)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(2.084)	(2,084)
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	17,629	13,899
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	843	8,767
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	27,62	8,767
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	27,629	13,899

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social		Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Lucros		Totais
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	
Saldos em 30.6.2012	1.231.000	64.995	967.241	-	-	-	-	-	2.265.596
Saldo em Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	350	-	-	-	350
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	265.710	265.710	265.710
Destinações - Reservas	-	-	13.286	249.900	-	-	-	-	(263.186)
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.524)
Saldos em 31.12.2012	1.231.000	77.881	1.217.141	-	-	-	-	-	2.529.135
Saldos em 31.12.2010	1.231.000	50.930	710.191	44	12	-	-	-	1.992.177
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(44)	287	-	-	243
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	219.339	219.339	219.339
Destinações - Reservas	-	-	10.967	206.288	-	-	-	-	(217.255)
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.084)
Saldos em 31.12.2011	1.231.000	61.897	916.479	-	299	-	-	-	2.209.675
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	2.814	-	2.814
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	319.683	319.683	319.683
Destinações - Reservas	-	-	15.984	300.662	-	-	-	-	(319.646)
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.037)
Saldos em 31.12.2012	1.231.000	77.881	1.217.141	-	3.113	-	-	-	2.529.135

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil

Descrição	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011	2012	2011
1 - RECEITAS	37.650	13,2	60.742	17,3
1.1 Intermediação Financeira	22.786	8,0	50.911	14,5
1.2 Reversão da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	80	-	157	-
1.3 Outras	14.784	5,2	9.674	2,8
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(1.337)	(0,4)	(2.936)	(0,8)
2.1 Compras de Bens e Serviços	(1.337)	(0,4)	(2.936)	(0,8)
2.2 Serviços Técnicos Especializados	(1.125)	(0,4)	(2.493)	(0,7)
Propaganda e Publicidade	(140)	-	(285)	(0,1)
Transportes	(7)	-	(20)	-
Comunicações	(117)	-	(251)	-
Serviços de Sistema Financeiro	(7)	-	(25)	-
Outras	(44)	-	(62)	-
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	36.313	12,8	57.806	16,5
4 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	36.313	12,8	57.806	16,5
5 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	249.750	87,2	292.303	83,5
5.1 Provisões e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias	249.750	87,2	292.303	83,5
5.2 Outras	-	-	-	-
6 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (4+5)	286.063	100,0	350.109	100,0
6.1 Dividendos	286.063	100,0	350.109	100,0
6.2 Impostos, Taxas e Contribuições	20.333	7,1	30.426	8,7
Federal	20.333	7,1	30.426	8,7
6.3 Remuneração de Capitais Próprios	265.710	92,9	319.683	91,3
Dividendos	2.524	0,9	3.037	0,9
Lucros Retidos	263.186	92,0	316.646	90,4

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL
 O Banco Boavista Interatlântico S.A. (Boavista ou Instituição) é uma instituição financeira pública, que tem por objetivo efetuar operações bancárias em geral, inclusive câmbio. O Boavista é parte integrante da Organização Bradesco, sendo suas atividades conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam nos mercados de crédito e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas informações financeiras trimestrais devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/04 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 4.047/02 (Lei das Sociedades por Ações) com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.538/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Nacional do Mercado de Valores (CVM) e do Banco Central do Brasil (BCEN). Incluem, estimativas e premissas, tais como: mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões sobre fiscais e trabalhistas; perda por redução do valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros; e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a) Moeda funcional e apresentação
 As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.
b) Ajuste do resultado
 O resultado é ajustado com o regime de reconciliação, que estabelece que a receita e a despesa devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxa prefixada são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos resultados. Quando as receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata das operações, as perdas são pelo método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.
c) Caixa e equivalentes de caixa
 Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.
d) Aplicações interfinanceiras de liquidez
 As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos à data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.
e) Títulos e valores mobiliários - Classificação
 Títulos para negociação são adquiridos com o propósito de serem atada e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.
 Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Não há TVM classificadas nesta categoria.
 Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são avaliados no balanço patrimonial pelo seu valor justo. A avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica.
 Os preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, metodologias de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa existir com base em estimativas significativas por parte da Administração.
f) Operações de crédito, outros créditos e provisão para créditos de liquidação duvidosa
 As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de risco em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Período de atraso (i)	Classificação do cliente
- de 15 a 30 dias	B
- de 31 a 60 dias	C
- de 61 a 90 dias	D
- de 91 a 120 dias	E
- de 121 a 150 dias	F
- de 151 a 180 dias	G
- superior a 180 dias	H

 (1) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dias do período em atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.
 A atualização (cronológica) das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, em rendas a apurar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.
 As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em rubricas "Outros Créditos - Diversos", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é registrada na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias".
 Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização do evento de utilização do crédito em operações com prazo superior a 36 meses, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.
 Os créditos tributários sobre prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social serão realizados de acordo com a geração de lucro tributável, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.
 A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro.
 Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.
 De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas contempladas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.538/07 e pelos artigos 37 e 38 Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro líquido, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas Leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.
g) Investimentos
 Os investimentos em controladas e coligadas com influência significativa ou participação de 20% ou mais do capital votante, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.
 Os investimentos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda/redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.
h) Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment)
 Os ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revisados no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável (impairment), e caso seja detectada uma perda, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável apurado pelo (i) potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas (ii) valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, dos dois o maior.
 Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.
 As unidades geradoras de caixa são avaliadas com base em estimativas e premissas.
 O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:
 i) Provisões sobre passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
 O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:
 i) Provisões sobre passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
 O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:
 i) Provisões sobre passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
 O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:
 i) Provisões sobre passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
 O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:
 i) Provisões sobre passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
 O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:
 i) Provisões sobre passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
 O

-continuação-

Banco Boavista Interatlântico S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ nº 23.495.541/0001-93

Sede: Cidade de Deus - Prédio Praia - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

7) OPERAÇÕES DE CRÉDITO, OUTROS CRÉDITOS E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

a) Composição total das carteiras e prazos

	1 a 30 dias		31 a 60 dias		61 a 90 dias		91 a 180 dias		181 a 360 dias		Acima de 360 dias		Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Operações de crédito	222	111	111	111	111	111	380	380	847	847	-	-	1.671	4.0
Empresários	222	111	111	111	111	111	380	380	847	847	-	-	1.671	4.0
Total das operações de crédito	222	111	111	111	111	111	380	380	847	847	-	-	1.671	4.0
Avais e fianças (1)	222	111	111	111	111	111	380	380	847	847	40.080	40.080	96,0	37.046
Total em 2012	222	111	111	111	111	111	380	380	847	847	40.080	40.080	100,0	74.122
Total em 2011	222	129	128	128	128	128	1.823	1.823	941	941	37.046	37.046	100,0	40.289

(1) Contabilizados em contas de compensação.

b) Modalidades e níveis de riscos

	2012		2011		Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	D	%	D	%	2012	2011
Operações de crédito	1.671	100,0	1.671	100,0	3.243	100,0
Empresários	1.671	100,0	1.671	100,0	3.243	100,0
Total em 2012	1.671	100,0	1.671	100,0	3.243	100,0
Total em 2011	3.243	100,0	3.243	100,0	3.243	100,0

c) Concentração das operações de crédito e outros créditos

	2012		2011		Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	D	%	D	%	2012	2011
Operações de crédito	1.671	100,0	1.671	100,0	3.243	100,0
Empresários	1.671	100,0	1.671	100,0	3.243	100,0
Total em 2012	1.671	100,0	1.671	100,0	3.243	100,0
Total em 2011	1.671	100,0	1.671	100,0	3.243	100,0

d) Setor de atividade econômica

	2012		2011		Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	D	%	D	%	2012	2011
Operações de crédito	1.671	100,0	1.671	100,0	3.243	100,0
Empresários	1.671	100,0	1.671	100,0	3.243	100,0
Total em 2012	1.671	100,0	1.671	100,0	3.243	100,0
Total em 2011	1.671	100,0	1.671	100,0	3.243	100,0

e) Composição das operações de crédito e da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Saldo da carteira		Mínimo requerido		Provisão requerida		Total Geral	
	Curso normal	Total da carteira	%	%	Genérica	2012	2011	2012
Operações de crédito	1.671	1.671	100,0	10,0	167	167	324	324
Empresários	1.671	1.671	100,0	10,0	167	167	324	324
Total em 2012	1.671	1.671	100,0	10,0	167	167	324	324
Total em 2011	3.243	3.243	100,0	10,0	324	324	648	648

8) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos, registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em coligadas e controladas"

	2012		2011		Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	D	C	D	C	2012	2011
Operações de crédito	1.671	1.671	1.671	1.671	3.243	100,0
Empresários	1.671	1.671	1.671	1.671	3.243	100,0
Total em 2012	1.671	1.671	1.671	1.671	3.243	100,0
Total em 2011	3.243	3.243	3.243	3.243	3.243	100,0

(1) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados, periodicamente, pelas companhias e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, quando aplicáveis.

b) Composição de outros investimentos

	2012		2011		Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	D	C	D	C	2012	2011
Operações de crédito	1.671	1.671	1.671	1.671	3.243	100,0
Empresários	1.671	1.671	1.671	1.671	3.243	100,0
Total em 2012	1.671	1.671	1.671	1.671	3.243	100,0
Total em 2011	3.243	3.243	3.243	3.243	3.243	100,0

10) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza civil e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Administração leva em conta o opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Instituição entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado a obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não há mais recursos, ou a sua prescrição.

1- Processos Cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando o plano de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

II - Obrigações Legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

III - Movimentação das Provisões

	2012		2011		Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	D	C	D	C	2012	2011
Operações de crédito	1.671	1.671	1.671	1.671	3.243	100,0
Empresários	1.671	1.671	1.671	1.671	3.243	100,0
Total em 2012	1.671	1.671	1.671	1.671	3.243	100,0
Total em 2011	3.243	3.243	3.243	3.243	3.243	100,0

11) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	2012		2011		Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	D	C	D	C	2012	2011
Operações de crédito	1.671	1.671	1.671	1.671	3.243	100,0
Empresários	1.671	1.671	1.671	1.671	3.243	100,0
Total em 2012	1.671	1.671	1.671	1.671	3.243	100,0
Total em 2011	3.243	3.243	3.243	3.243	3.243	100,0

b) Diversas

	2012		2011		Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	D	C	D	C	2012	2011
Operações de crédito	1.671	1.671	1.671	1.671	3.243	100,0
Empresários	1.671	1.671	1.671	1.671	3.243	100,0
Total em 2012	1.671	1.671	1.671	1.671	3.243	100,0
Total em 2011	3.243	3.243	3.243	3.243	3.243	100,0

12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 1.231.000 mil (2011 - R\$ 1.231.000 mil), totalmente subscrito e integralizado, representado por 2.568.275,469 ações ordinárias, nominativas escriturais sem valor nominal.

b) Reservas de Lucros

	2012		2011		Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	D	C	D	C	2012	2011
Operações de crédito	1.671	1.671	1.671	1.671	3.243	100,0
Empresários	1.671	1.671	1.671	1.671	3.243	100,0
Total em 2012	1.671	1.671	1.671	1.671	3.243	100,0
Total em 2011	3.243	3.243	3.243	3.243	3.243	100,0

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

As acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

O cálculo dos dividendos relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro, está demonstrado a seguir.

	2012		2011		Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	D	C	D	C	2012	2011
Operações de crédito	1.671	1.671	1.671	1.671	3.243	100,0
Empresários	1.671	1.671	1.671	1.671	3.243	100,0
Total em 2012	1.671	1.671	1.671	1.671	3.243	100,0
Total em 2011	3.243	3.243	3.243	3.243	3.243	100,0

14) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2012		2011		Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	D	C	D	C	2012	2011
Operações de crédito	1.671	1.671	1.671	1.671	3.243	100,0
Empresários	1.671	1.671	1.671	1.671	3.243	100,0
Total em 2012	1.671	1.671	1.671	1.671	3.243	100,0
Total em 2011	3.243	3.243	3.243	3.243	3.243	100,0

15) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2012		2011		Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	D	C	D	C	2012	2011
Operações de crédito	1.671	1.671	1.671	1.671	3.243	100,0
Empresários	1.671	1.671	1.671	1.671	3.243	100,0
Total em 2012	1.671	1.671	1.671	1.671	3.243	100,0
Total em 2011	3.243	3.243	3.243	3.243	3.243	100,0

16) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2012		2011		Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	D	C	D	C	2012	2011
Operações de crédito	1.671	1.671	1.671	1.671	3.243	100,0
Empresários	1.671	1.671	1.671	1.671	3.243	100,0
Total em 2012	1.671	1.671	1.671	1.671	3.243	100,0
Total em 2011	3.243	3.243	3.243	3.243	3.243	100,0

17) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Em 2011, o valor de R\$ 10.077 mil referente ao lucro apurado na alienação das ações da Celip S.A.

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2012		2011		Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	D	C	D	C	2012	2011
Operações de crédito	1.671	1.671	1.671	1.671	3.243	100,0
Empresários	1.671	1.671	1.671	1.671	3.243	100,0
Total em 2012	1.671	1.671	1.671	1.671	3.243	100,0
Total em 2011	3.243	3.243	3.243	3.243	3.243	100,0

(1) Referem-se a Direitos a Receber dos ex-controladores.

8) OUTROS CRÉDITOS

a) Rendas a receber

Referem-se a dividendos a receber, no montante de R\$ 154.081 mil (2011 - R\$ 257.902 mil).

b) Diversos

	2012		2011		Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	D	C	D	C	2012	2011
Operações de crédito	1.671	1.671	1.671	1.671	3.243	100,0
Empresários	1.671	1.671	1.671	1.671	3.243	100,0
Total em 2012	1.671					

...continuação

Banco Boavista Interatlântico S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.485.541/0001-06
Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ass Administradores do Banco Boavista Interatlântico S.A. Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Boavista Interatlântico S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui,

também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinão

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Boavista Interatlântico S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração de valor adicionado

Examinamos também, as demonstrações de valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2012, que estão sendo apresentadas como informações suplementares. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 25 de fevereiro de 2013



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Zenke Nakassato
Contador CRC 1SP160799/O-0



É uma grande vitória. O 14º e o 15º são uma vergonha nacional. É inexplicável e inaceitável.
Carlos Sampaio (SP), líder do PSDB.

Câmara volta à labuta e vota 14º e 15º

Presidente da Casa e líderes partidários decidiram começar as votações do ano, hoje, com projeto que acaba com os salários extras. Ou melhor, com a metade deles.

Com a imagem pública do Congresso desgastada, o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), e os líderes partidários escolheram o projeto que acaba com o 14º e o 15º salários dos parlamentares como o primeiro a ser votado, após a retomada dos trabalhos legislativos.

A votação marcada para a sessão de hoje do plenário acontece nove meses depois de a proposta ter sido aprovada pelo Senado – e com a segunda parcela já depositada na conta dos parlamentares.

O projeto põe fim aos dois salários extras, R\$ 26.723,13 cada, pagos anualmente em dezembro e em fevereiro, para deputados e senadores a título de ajuda de custo.

"A imagem da Casa será pior ou melhor de acordo com os trabalhos", afirmou Henrique Alves, negando que a escolha do primeiro projeto seja uma tentativa de recuperar a credibilidade dos políticos. Desde o início do ano legislativo, no dia 4 de fevereiro até a semana passada, as votações da Câmara se restringiram a medidas provisórias.

IDEIA DA GLEISI

A proposta original de acabar com os extras foi apresentada pela senadora e atual ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann (PT-PR), logo no início

de seu mandato em 2011, provocando reclamação de setores do Senado e da Câmara. Com o propósito de dar uma resposta à sociedade, os deputados concordaram em acabar com os extras e, ontem, os líderes na Câmara assinaram requerimento para incluir o projeto na pauta desta quarta-feira.

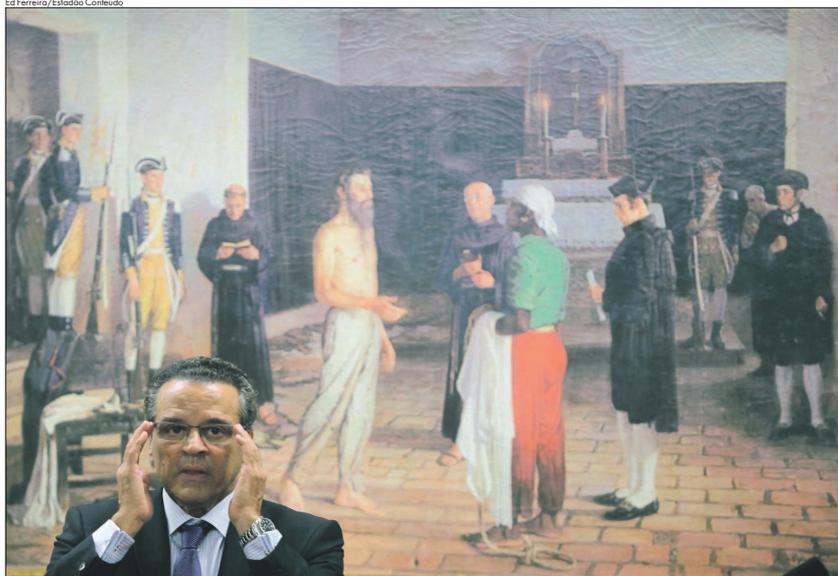
Como se trata de um projeto de decreto legislativo, não há necessidade de sanção da presidente da República para que a regra entre em vigor.

SÓ QUE CONTINUA

O projeto enviado pelo Senado mantém os salários extras no início e no final do mandato, ou seja, duas ajudas de custo no período de quatro anos, para os deputados e de oito anos, para os senadores, e não mais a cada ano, como é atualmente.

De acordo com a proposta, a ajuda é "destinada a compensar as despesas com mudança e transporte" do parlamentar ao assumir o mandato em Brasília e, ao final, para voltar ao estado de origem.

O fim do 14º e do 15º salários representará uma economia anual de R\$ 27,41 milhões para a Câmara e de R\$ 4,32 milhões para o Senado nos dois do mandato em que não houver o pagamento. "Não podemos permitir que um grupo seleto da sociedade brasileira tenha um



O presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN): "A imagem da Casa será pior ou melhor de acordo com os trabalhos".

benefício que não é estendido à grande maioria dos trabalhadores do País", afirmou o líder do PPS, Rubens Bueno (PR). "É uma grande vitória. O 14º e o 15º são uma vergonha nacional. É inexplicável e inaceitável", disse o líder do PSDB, Carlos Sampaio (SP).

DEPOIS, A REFORMA

No propósito de votar propostas paradas na Câmara, Henrique Eduardo Alves anunciou a votação do projeto de reforma política na primeira semana de abril, mesmo que não haja consenso entre os deputados.

"Essa Casa não foi criada para empurrar os temas com a barriga nem deixá-los para depois. O consenso é o ideal, mas, se não for possível, será decisão da maioria", disse o presidente da Câmara dos Deputados, ressaltando que o maior desgaste político da

Câmara é provocado pela omissão e pela não votação de temas polêmicos. "A Casa tem de ter a coragem de enfrentar o voto sim e o voto não. Se não for possível o consenso, vamos para o voto", afirmou o presidente da Câmara. (Estadão Conteúdo)

O Orçamento 2013 e os vetos: é hoje, no STF.

Em julgamento dividido, o Supremo Tribunal Federal (STF) decide hoje se mantém, cassa ou reduz os efeitos da liminar que obrigou o Congresso a votar os mais de 3 mil vetos presidenciais antes de analisar o veto à lei que alterou o rateio dos royalties do petróleo. Apesar das dúvidas entre os próprios ministros sobre qual será a decisão, o tribunal confirmará que o Orçamento 2013 poderá ser votado mesmo sem a apreciação dos vetos. Relator do processo e responsável pela liminar, o ministro Luiz Fux adiantou que manterá seu entendimento na sessão. Para ele, o Congresso só pode votar os vetos que favoreceram o Rio e o Espírito Santo se forem votados antes dos outros 3 mil vetos.

Enquanto isso, no seu entendimento, o Orçamento pode ser votado normalmente. Mas parte dos ministros se mostra desconfortável com os efeitos dessa decisão. Alguns indicaram que podem reduzir o alcance da liminar. A decisão só valerá para os vetos mais recentes – aqueles que foram publicados nos 30 dias anteriores à concessão da liminar. Assim, os vetos que esperam há anos a apreciação do Congresso seriam, na prática, esquecidos.

Essa visão atenderia aos apelos feitos pela Advocacia-Geral da União em memorial entregue ao STF. O governo argumentou, no documento, que exigir a votação de todos os vetos levaria o Congresso a um colapso. Seriam necessários, pelos cálculos da AGU, três anos só para votar todos os vetos. O governo receia especialmente os impactos financeiros da derrubada de determinados vetos. Uma estimativa da AGU indicou que a União perderia R\$ 471 bilhões se todos os vetos fossem derrubados. Se esse entendimento prevalecer, os estados produtores de petróleo poderão sair prejudicados. O Congresso estará com

o caminho aberto para votar os vetos mais recentes e rapidamente poderia apreciar e derrubar o veto à divisão dos royalties mais benéfica aos estados não-produtores.

Ontem, deputados do Rio e do Espírito Santo fizeram uma romaria aos gabinetes dos ministros do STF na tentativa de convencê-los a manter a liminar concedida pelo ministro Luiz Fux – que é do Rio. "A regra que nós estamos defendendo é a decidida pelo ministro Fux: que os vetos tenham que obedecer à ordem cronológica e que as demais matérias não sejam trancadas pela votação dos vetos", afirmou Alessandro Molon (PT-RJ), autor do mandato de segurança que gerou a decisão do Supremo. "Isso não coloca risco para o País e vai obrigar o Congresso a trabalhar, ou seja, apreciar veto por veto, os três mil que deixou de votar".

Parlamentares de oposição também se reuniram com ministros da Corte, mas para defender que a pauta do Congresso permaneça trancada enquanto não forem votados os vetos. "A Constituição é clara ao dizer que antes de se apreciar os vetos não se vota nada no Congresso Nacional", afirmou o deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP). "A nossa tese é de que todos os vetos que estão para ser analisados na casa devem ser analisados, sem que haja qualquer modulação ou qualquer anistia dos vetos pra trás."

A polêmica que nasceu no Congresso e que desgastou no Supremo é mais um dos episódios em que as negociações políticas deixavam de lado a legislação. A Constituição determina que os vetos devem ser votados em 30 dias pelo Congresso, sob pena de a pauta da Casa permanecer trancada. Durante anos, as negociações políticas impediam a votação dos vetos, o que criou o estoque de mais de 3 mil pendentes de decisão.



E O MINISTRO?

O ministro José Eduardo Cardozo (Justiça) disse ontem que a presidente Dilma Rousseff ainda não escolheu o futuro ministro do STF que substituirá Carlos Ayres Britto, apontado este de novembro. Cardozo esteve com o presidente da Corte, Joaquim Barbosa, e afirmou que não recebeu crítica pela demora na indicação. Ele minimizou a indefinição e disse que não há prazo para a escolha do novo integrante do STF.

NO PRAZO

Revisor do processo do Mensalão, o ministro do STF Ricardo Lewandowski, disse ontem que vai liberar a revisão de seu voto respeitando "rigorosamente" o prazo regimental, que é de 60 dias e termina em 1º de abril. Lewandowski disse que respeitar, no entanto, não significa esgotar o prazo. Ele sustentou ainda que não vai realizar nenhuma retificação na essência de suas teses levantadas no processo.

Um dos mais tradicionais motéis de São Paulo, o Voyage Motel atende todas as necessidades e expectativas de seus clientes, em um ambiente de aconchego, discrição e serviços diferenciados.

TODAS AS SUÍTES POSSUEM:

- Ar-condicionado
- Secador de cabelo
- Tv de LED 47"
- DVD e rádio
- Gerador
- Garagem automática para 2 carros

PERÍODOS

Dom. a 5ª - 5 horas (Pernoite das 18h às 14h)

6ª, Sáb. e Véspera de Feriados - 4 horas (Pernoite das 2h às 14h)

ACEITAMOS TODOS OS CARTÕES DE CRÉDITO

ENTRADA

Fone: (11) 3966-9877

Av. Otaviano Alves de Lima, 41 - Bairro do Limão - São Paulo

www.voyagemotel.com.br

ESTAMOS SEMPRE BUSCANDO A SATISFAÇÃO DE NOSSOS CLIENTES.

POSSUÍMOS COZINHA INTERNACIONAL 24 HORAS

